



SENADO FEDERAL

Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal

Brasília, agosto de 2025



SENADO FEDERAL

Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal

A presente publicação digital enumera as principais normas conexas ao Regimento Interno do Senado Federal (resoluções do Senado Federal, atos da Mesa do Senado Federal, da Comissão Diretora e do Presidente do Senado Federal, decretos legislativos, instruções normativas da Secretaria-Geral da Mesa e pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania). Além disso, traz diversas leis e decretos do Poder Executivo relacionados ao Senado Federal, que veiculam regras a respeito do envio obrigatório de relatórios de gestão, da escolha de diretores de agências reguladoras, entre outras.

Cada uma das normas aqui relacionadas possui um *link* no próprio nome do diploma normativo, que conduz diretamente ao seu texto integral atualizado. A listagem que se segue foi criada com base nas publicações do Volume II do Regimento Interno do Senado Federal, ocorridas entre os anos de 1999 e 2023, com as devidas atualizações.

RESOLUÇÕES DO SENADO FEDERAL

DECRETOS LEGISLATIVOS

ATOS DA MESA, DA COMISSÃO DIRETORA E DO PRESIDENTE

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMPOSIÇÃO DE COLEGIADOS EXTERNOS POR REPRESENTANTES DO SENADO FEDERAL

AUTORIDADES SUJEITAS A APROVAÇÃO PELO SENADO FEDERAL

COMUNICAÇÕES E DOCUMENTOS DE ENVIO OBRIGATÓRIO AO CONGRESSO NACIONAL OU AO SENADO FEDERAL

OUTROS DIPLOMAS NORMATIVOS

PARECERES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

RESOLUÇÕES DO SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1989

Alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1992

Alíquota máxima do ITCMD

RESOLUÇÃO Nº 98, DE 1992

Autoriza a União a celebrar operações de crédito externo, visando ao reescalonamento e refinanciamento da dívida externa de médio e longo prazos junto a bancos comerciais, a conceder garantias e a assumir dívidas externas de entidades federais extintas e dissolvidas

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1993

Corregedoria Parlamentar

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993

Código de Ética e Decoro Parlamentar

RESOLUÇÃO Nº 50, DE 1993

Operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 1995

Procuradoria Parlamentar

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 1996

Coleções Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 95, DE 1996

Alíquota do ICMS no transporte aéreo interestadual

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2001

Limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios



SENADO FEDERAL

Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2001

Operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2003

Prazo para cumprimento dos limites de endividamento estabelecidos na Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2004

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2005

Apreciação das indicações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2007

Autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (*Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL*) para a modalidade de Margem Fixa (*Fixed Spread Loan – FSL*)

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 2007

Limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2007

Condições para a verificação de adimplência de tomadores de empréstimos internos e externos com garantia da União

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2009

Apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

RESOLUÇÃO N° 42, DE 2010

Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros

RESOLUÇÃO N° 13, DE 2012

Alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior

RESOLUÇÃO N° 9, DE 2013

Procuradoria Especial da Mulher

RESOLUÇÃO N° 14, DE 2015

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos e estabelece normas gerais de cooperação interparlamentar e de funcionamento dos grupos e frentes parlamentares internacionais

RESOLUÇÃO N° 19, DE 2015

Programa e-Cidadania

RESOLUÇÃO N° 42, DE 2016

Instituição Fiscal Independente

RESOLUÇÃO N° 5, DE 2020

Tratamento a ser dispensado às operações realizadas de acordo com os §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000 e com o art. 4º da Lei Complementar nº 173/2020, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União

RESOLUÇÃO N° 15, DE 2021

Disciplina as operações realizadas de acordo com as Leis Complementares nº 156/2016, nº 159/2017 e nº 178/2021, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União; e autoriza aditamentos contratuais a operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas respectivas administrações indiretas, cuja finalidade seja a substituição da taxa de juros aplicável a essas operações, no caso de a taxa vigente ser baseada na *London InterBank Offered Rate* (Libor) ou na *European Interbank Offered Rate* (Euribor)

(Revoga a [Resolução nº 10, de 2017](#).)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO N° 79, DE 1979

Designação do número de ordem das Legislaturas

DECRETO LEGISLATIVO N° 6, DE 1993

Escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional

DECRETO LEGISLATIVO N° 172, DE 2022

Subsídios dos membros do Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado

DECRETO LEGISLATIVO N° 77, DE 2002 – CN

Mandato dos membros do Conselho de Comunicação Social – CCS



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

ATOS DA MESA, DA COMISSÃO DIRETORA E DO PRESIDENTE

ATO CONJUNTO N° 1, DE 1998

Cessão de dependências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

**ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS N° 1, DE 2001**

Vedaçāo à edificação de construções móveis na área do Congresso Nacional

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 15, DE 2002

Veículos de comunicação do Senado Federal e ordem de prioridade na cobertura das atividades legislativas e eventos

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 5, DE 2005

Ouvidoria do Senado Federal

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 21, DE 2006

Conselho de Estudos Políticos do Senado Federal

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 16, DE 2009

Autoriza os Senadores a manter Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 14, DE 2014

Acesso de servidores credenciados ao Plenário do Senado Federal

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 18, DE 2014

Acesso e cessão das salas de reuniões das comissões do Senado Federal

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 15, DE 2022

Consolida as modificações do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) ao final da 56^a Legislatura (2019-2023)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 1, DE 2023

Dispõe sobre a participação remota dos Senadores e das Senadoras nas sessões e reuniões do Senado Federal e disciplina a votação por intermédio de aplicação de registro de voto



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

ATO DA MESA Nº 1, DE 2001

Tramitação de requerimento de informação

ATO DA MESA Nº 1, DE 2009

Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico

ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Define e delega competências aos membros da Mesa para o biênio 2009/2010

ATO DA MESA Nº 1, DE 2010

Procedimento de apreciação sobre escolha de autoridade

ATO DA MESA Nº 1, DE 2012

Competências e atribuições dos membros da Mesa do Senado Federal

ATO DA MESA Nº 1, DE 2013

Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional – CCS

ATO DA MESA Nº 2, DE 2014

Arquivamento de proposições ao final da legislatura

ATO DO PRESIDENTE Nº 10, DE 2020

Política Institucional de Proteção de Dados Pessoais

**DECISÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DE 31 DE MAIO
DE 2022**

Compartilhamento de documentos de CPIs encerradas



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 3,
DE 2014**

Procedimento para autuação de mídia eletrônica para as matérias orçamentárias e os relatórios de fiscalização e de controle recebidos ou gerados pelo Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 4,
DE 2015**

Procedimento para confecção e disponibilização dos documentos eletrônicos, de cunho legislativo, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 5,
DE 2015**

Procedimentos referentes à declaração de prejudicialidade e à manifestação de inconstitucionalidade de proposições no âmbito das comissões

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 7,
DE 2016**

Define normas para publicação e estabelece a certificação digital do Diário do Senado Federal e do Diário do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 8,
DE 2017**

Numeração dos pareceres no Senado Federal e no Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 9,
DE 2017**

Prioridade de disponibilização das notas taquigráficas de responsabilidade da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar do Senado Federal

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Nº 10, DE 2018**

Publicação dos pareceres de comissões nos Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Nº 11, DE 2018**

Obrigatoriedade de utilização do LexEdit para elaboração de requerimentos a serem entregues à Secretaria-Geral da Mesa e às Secretarias das Comissões

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Nº 12, DE 2019**

Cadastro e registro de tramitação de requerimentos e expedientes, tais como avisos, mensagens e ofícios, no Plenário, Secretarias das Comissões e dos Órgãos e Conselhos do Senado Federal e do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Nº 16, DE 2023**

Uso da assinatura eletrônica e apresentação remota de proposições e documentos legislativos eletrônicos

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Nº 17, DE 2023**

Utilização das salas das comissões pelos colegiados do Senado Federal e do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Nº 18, DE 2023**

Utilização do LexEdit para elaboração de emendas a proposições legislativas no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Nº 19, DE 2025**

Normas procedimentais e complementares para o funcionamento de Grupos e Frentes Parlamentares no Senado Federal

**ATO CONJUNTO DA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO
FEDERAL E DA SECRETARIA-GERAL DA MESA DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS Nº 1, DE 2018**

Identificação unificada das proposições legislativas sujeitas a tramitação bicameral



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**ATO CONJUNTO DA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO
FEDERAL E DA SECRETARIA-GERAL DA MESA DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS Nº 1, DE 2025**

Utilização do LexEdit para elaboração de requerimentos de destaque a vetos no âmbito do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**COMPOSIÇÃO DE COLEGIADOS EXTERNOS POR REPRESENTANTES
DO SENADO FEDERAL**

RESOLUÇÃO N° 7, DE 2005

Indicações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

(Art. 6º.)

DECRETO LEGISLATIVO N° 6, DE 1993

Escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional

DECRETO N° 2.338, DE 1997

Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel

(Anexo I: Art. 37, I, e §§ 1º e 4º.)

DECRETO N° 4.073, DE 2002

Conselho Nacional de Arquivos – Conarq

(Art. 3º.)

DECRETO N° 9.875, DE 2019

Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual

(Art. 4º, § 2º.)

LEI N° 8.041, DE 5 DE JUNHO DE 1990

Conselho da República

(Art. 3º, III, V, VII, “b”, e §§ 2º e 6º.)

LEI N° 8.183, DE 11 DE ABRIL DE 1991

Conselho de Defesa Nacional – CDN

LEI N° 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008

Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC

(Art. 15, § 1º, IV; Art. 29.)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012

Designação dos membros do conselho deliberativo e do conselho fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg)

(Art. 4º, II; Art. 5º, § 3º; Art. 23.)

LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014

Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

(Art. 3º, I, “d”, e § 4º.)

LEI Nº 13.444, DE 11 DE MAIO DE 2017

Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional

(Art. 5º, § 1º, IV.)

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

(Art. 58-A, II.)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

AUTORIDADES SUJEITAS A APROVAÇÃO PELO SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO N° 7, DE 2005

Apreciação das indicações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

ATO DA MESA N° 1, DE 2010

Procedimento de apreciação sobre escolha de autoridade

LEI N° 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976

Comissão de Valores Mobiliários

(Art. 6º.)

LEI N° 7.746, DE 30 DE MARÇO DE 1989

Ministros do Superior Tribunal de Justiça – STJ

(Art. 1º.)

LEI N° 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União

(Art. 71; Art. 72; Art. 105.)

LEI N° 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992

Justiça Militar da União

(Art. 3º, *caput*; Art. 6º, XIV.)

LEI N° 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Lei da Aneel

(Art. 5º, *parágrafo único*.)

LEI N° 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Lei da Anatel

(Art. 23; Art. 34; Art. 77.)



SENADO FEDERAL

Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal

LEI N° 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Lei da ANP

(Art. 2º, II; Art. 11, § 2º; Art. 73, parágrafo único.)

LEI N° 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

Lei da Anvisa

(Art. 10, parágrafo único.)

LEI N° 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999

Lei da Abin

(Art. 6º; Art. 11, parágrafo único.)

LEI N° 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000

Lei da ANS

(Art. 6º, parágrafo único.)

LEI N° 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000

Lei da ANA

(Art. 9º.)

LEI N° 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000

Gestão de recursos humanos nas agências reguladoras

(Art. 5º.)

LEI N° 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

Lei da ANTT, da ANTAQ e do Dnit

(Art. 53, § 1º; Art. 88-A.)

MEDIDA PROVISÓRIA N° 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Lei da Ancine

(Art. 8º.)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005

Lei da ANAC

(Art. 8º, XL; Art. 12.)

LEI Nº 11.372, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

Indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP

(Art. 1º, § 2º; Art. 2º, parágrafo único.)

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Embaixadores

(Art. 39.)

LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade (Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, Superintendência-Geral e Procuradoria Federal junto ao Cade)

(Art. 6º; Art. 7º; Art. 12, § 1º; Art. 16.)

LEI Nº 13.575, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Lei da ANM

(Art. 33, § 2º.)

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

(Art. 55-D, § 1º.)

LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019

Lei das Agências Reguladoras

(Art. 23; Art. 50.)

LEI Nº 14.222, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

Lei da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN

(Art. 4º.)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993

Lei Orgânica do Ministério Público da União

(Art. 25, parágrafo único; Art. 156, § 2º.)

LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994

Lei Orgânica da Defensoria Pública da União

(Art. 6º.)

LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Lei do Banco Central do Brasil

(Art. 4º; Art. 5º.)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**COMUNICAÇÕES E DOCUMENTOS DE ENVIO OBRIGATÓRIO AO
CONGRESSO NACIONAL OU AO SENADO FEDERAL**

DECRETO N° 10.639, DE 2021

Relatório da Ouvidoria da Agência Nacional de Águas – ANA

(*Art. 14, § 3º.*)

LEI N° 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Lei do Sistema Financeiro Nacional

(*Art. 4º, § 6º; Art. 49, § 6º.*)

DECRETO-LEI N° 509, DE 20 DE MARÇO DE 1969

Constituição de subsidiárias e aquisição do controle ou participação acionária pelos Correios

(*Art. 1º, § 6º.*)

LEI N° 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Relatórios anuais sobre as atividades e resultados dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Nordeste – FNE e do Centro-Oeste – FCO

(*Art. 20, § 4º.*)

LEI N° 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União

(*Art. 45; Art. 90.*)

LEI N° 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Relatório de Segurança de Barragens

(*Art. 35, XIII.*)

LEI N° 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001

Relatório semestral sobre o Programa de Arrendamento Residencial

(*Art. 5º, V.*)

MEDIDA PROVISÓRIA N° 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Relatório anual de atividades da Ancine

(*Art. 7º, XX.*)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

LEI N° 10.308, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2001

Relatório sobre a situação dos depósitos de rejeitos radioativos

(Art. 35.)

LEI N° 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002

Alterações de controle societário de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens

(Art. 3º.)

LEI N° 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Lei de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública

(Art. 14, § 5º; Art. 28, § 1º.)

LEI N° 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Lei de Acesso à Informação (relatório anual sobre a implementação da Lei)

(Art. 1º, parágrafo único, I; Art. 41, IV.)

LEI N° 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013

Lei dos Portos (relatório anual sobre a implementação das iniciativas tomadas com base na Lei)

(Art. 57, § 5º.)

LEI N° 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Relatório de metas e resultados das estatais

(Art. 23, § 2º.)

LEI N° 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019

Lei das Agências Reguladoras

(Art. 15, § 2º; Art. 18, § 3º; Art. 22, § 6º.)

LEI N° 13.958, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Relatório da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS – AGSUS

(Art. 17, IV.)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

LEI N° 14.802, DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual da União 2024-2027

(Art. 16; Art. 17, § 6º.)

LEI COMPLEMENTAR N° 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999

Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional

(Art. 9º, § 3º.)

LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Lei de Responsabilidade Fiscal

(Art. 9º, § 5º; Art. 30.)

LEI COMPLEMENTAR N° 124, DE 3 DE JANEIRO DE 2007

Lei da Sudam

(Art. 11, VIII; Art. 13, § 1º; Art. 14.)

LEI COMPLEMENTAR N° 125, DE 3 DE JANEIRO DE 2007

Lei da Sudene

(Art. 10, II; Art. 13, § 1º; Art. 14, caput; Art. 16, §§ 1º e 2º.)

LEI COMPLEMENTAR N° 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009

Lei da Sudeco

(Art. 10, § 9º, I; Art. 13, § 1º; Art. 14, caput.)

LEI COMPLEMENTAR N° 179, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Lei do Banco Central do Brasil

(Art. 11.)



SENADO FEDERAL

Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal

OUTROS DIPLOMAS NORMATIVOS

DECRETO N° 52.795, DE 1963

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

(Art. 31; Art. 65; Art. 87, § 1º; Art. 90; Art. 100; Art. 113; Art. 122, XXVIII.)

DECRETO N° 70.274, DE 1972

Normas do ceremonial público e ordem geral de precedência

LEI N° 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950

Crimes de responsabilidade e o respectivo processo de julgamento

LEI N° 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952

Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)

LEI N° 2.953, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Autorização do Congresso Nacional para remessa de tropas brasileiras para o exterior

LEI N° 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Código Brasileiro de Telecomunicações

(Art. 38, “e” e parágrafo único; Art. 66, § 2º, I, “a”.)

LEI N° 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Instrução das autorizações de operações externas de natureza financeira pelo Conselho Monetário Nacional – CMN

(Art. 4º, XXIX.)

LEI N° 8.183, DE 11 DE ABRIL DE 1991

Conselho de Defesa Nacional – CDN

LEI N° 8.389, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Conselho de Comunicação Social – CCS



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

LEI N° 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993

Obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Lei das rádios comunitárias

(Art. 2º, parágrafo único; Art. 6º-C; Art. 16.)

LEI N° 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Lei do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular

LEI N° 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000

Procedimentos a serem adotados pelo Ministério Pùblico sobre as conclusões de CPI

LEI N° 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

Edição de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal

(Art. 3º, II.)

LEI N° 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Plano Nacional de Educação – PNE

(Art. 5º, II; Anexo: Meta 20.8.)

LEI N° 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014

Regime jurídico das Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil

(Art. 3º, I.)

LEI COMPLEMENTAR N° 90, DE 1º DE OUTUBRO DE 1997

Autorização do Congresso Nacional para que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Normas sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

LEI COMPLEMENTAR N° 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Sigilo das operações de instituições financeiras

(Art. 4º, § 2º.)



SENADO FEDERAL

Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal

PARECERES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PARECER Nº 252, DE 1990

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a respeito de consulta do Senhor Presidente do Senado Federal sobre questão de ordem suscitada pelo Senador Humberto Lucena, sobre o desarquivamento de matérias arquivadas através da Mensagem nº 124, de 1990. Tema: **Solicitação pela Presidência da República da retirada de mensagens pertinentes à outorga de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão. Impossibilidade de arquivamento dos projetos de decreto legislativo já aprovados pela Câmara dos Deputados.** Relator: Senador João Lobo. Referência: [Questão de Ordem nº 93/1990](#). [Aprovado pelo Plenário em 8/11/1990](#).

PARECER Nº 480, DE 1990

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre decisão da Presidência do Senado Federal acerca de questão de ordem suscitada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho na Sessão Ordinária do Senado Federal do dia 5 de novembro do corrente ano. Tema: **Formação de bloco parlamentar. Impossibilidade da adesão individual de Senadores, sem a manifestação do partido. Reconhecimento das lideranças partidárias e de sua infraestrutura logística. Absorção das atribuições regimentais.** Relator: Senador José Paulo Bisol. [Aprovado pelo Plenário em 21/2/1991](#).

PARECER Nº 296, DE 1991

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre “questão de ordem formulada pelo Senador Maurício Corrêa sobre a possibilidade regimental de ser adiada a discussão da PEC nº 12, de 1991, nos termos dos arts. 274 e 279 do Regimento Interno”. Tema: **Requerimento de adiamento da discussão. Aplicabilidade ao procedimento especial das propostas de emenda à Constituição.** Relator: Senador Elcio Alvares. [Aprovado pelo Plenário em 10/9/1991](#).



SENADO FEDERAL

Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal

PARECER N° 252, DE 1993

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre Diversos nº 10, de 1991 (Of. SM nº 584, de 06/06/1991, na origem), “do Senhor Presidente do Senado Federal, encaminhando ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça questão de ordem levantada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho sobre votação de Projetos de Decreto Legislativo aprovando outorga e renovação de concessão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. Relator: Senador Josaphat Marinho. Tema: **Quórum qualificado nos projetos de decreto legislativo referentes a serviços de radiodifusão. Votação nominal. Nova decisão para a votação simbólica e em Plenário.** [Aprovado pelo Plenário em 1º/9/1993](#). [Nova decisão em 20/10/1999](#).

PARECER N° 330, DE 1993

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta do Presidente do Senado Federal nº 1, de 1993 (Of. nº 418/93, de 17/06/1993). Tema: **Requerimento apresentado por CPI ao Presidente do Congresso Nacional para envio de documentos anteriormente obtidos, mediante quebra de sigilo bancário, por CPI já extinta. Viabilidade jurídica.** Relator: Senador Josaphat Marinho. [Aprovado pelo Plenário em 5/3/1996](#).

(Vide [Decisão do Presidente do Senado Federal, de 31 de maio de 2022](#), disponível neste arquivo).

PARECER N° 692, DE 1995

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 472, de 1995, “de Consulta do Plenário, formulada por iniciativa do Senador Lúcio Alcântara, no sentido de que seja esclarecida se a apresentação de PEC de iniciativa do Senhor Presidente da República pode ter início no Senado”. Tema: **Proposta de emenda à Constituição de autoria do Poder Executivo. Faculdade de envio à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, para início de tramitação. Regra de início obrigatório na Câmara dos Deputados tem aplicação estrita aos projetos de lei.** Relator: Senador Bernardo Cabral. [Aprovado pelo Plenário em 21/11/1995](#).

PARECER N° 131, DE 1996

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Recurso à decisão da Presidência, proferida na sessão deliberativa ordinária realizada em 19/03/1996, em questão de ordem formulada pelo Senador Hugo Napoleão, solicitando o arquivamento do Requerimento nº 198, de 1996. Tema: **Requerimento de criação de CPI. Análise da caracterização de fato determinado e da indicação do limite de despesas. Competência do Presidente do Senado Federal. Poder-dever. Arquivamento por motivo de constitucionalidade e injuridicidade.** Relator: Senador José Ignácio Ferreira. [Aprovado pelo Plenário em 21/3/1996](#).



SENADO FEDERAL

Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal

PARECER Nº 555, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta nº 3, de 1998, da Mesa do Senado Federal, que indaga sobre “A possibilidade de recondução, para os mesmos cargos, na eleição imediatamente subsequente, dos atuais membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”, em atendimento à solicitação do Senador Eduardo Suplicy. Tema: **Vedaçāo constitucional de recondução de membro da Mesa para o mesmo cargo. Interpretação restritiva. Vedaçāo que se aplica apenas à recondução de membro da Mesa eleito no primeiro ano da legislatura para o período que se inicia no terceiro ano da legislatura.** Relator: Senador Lúcio Alcântara. [Leitura do parecer em 6/11/1998](#).

(Parecer não submetido à apreciação do Plenário.)

PARECER Nº 525, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Recurso ao Plenário da decisão do Presidente do Senado Federal que indeferiu o Requerimento nº 715, de 2001, que requer que, além da tramitação regimental pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, que “altera os arts. 52, 225 e 231 da Constituição Federal (competência privativa do Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas)”, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais. Tema: **Requerimento de audiência da CAS para exame de proposta de emenda à Constituição. Contrariedade ao Regimento Interno. Tramitação conforme disposições especiais. Ausência de omissão regimental. Proposição examinada exclusivamente pela CCJ.** Relator: Senador Amir Lando. [Leitura do parecer em 4/6/2002](#). [Aprovado pelo Plenário em 13/6/2002](#).

PARECER Nº 34, DE 2003

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 501, de 2001, que “Requer seja formulada consulta sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de as mensagens relativas a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de imagens e sons, serem apreciadas em caráter terminativo pela Comissão de Educação”. Tema: **Apreciação terminativa dos projetos de decreto legislativo referentes a serviços de radiodifusão. Possibilidade regimental, caso haja determinação do Presidente do Senado Federal, ouvidas as lideranças. Quórum qualificado e exame em Plenário exigíveis apenas para a não renovação da concessão ou permissão. As decisões terminativas são recorríveis.** Relator: Senador Osmar Dias. [Aprovado pelo Plenário em 25/3/2003](#).



SENADO FEDERAL

Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal

PARECER Nº 903, DE 2015

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 69, de 2015, que requer, nos termos do art. 90, inciso XI, e do art. 101, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrerestadas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até manifestação daquele colegiado (art. 335, inciso I). Tema: **Projetos de lei de iniciativa parlamentar que veiculam autorização para que outro Poder pratique atos inseridos em matéria cujo processo legislativo se sujeita à cláusula de reserva de iniciativa, ou para que outro Poder adote medidas administrativas que a ele competem privativamente, devem ser declarados inconstitucionais.** Relator: Senador José Maranhão. [Leitura do parecer em 15/10/2015. Aprovado pelo Plenário em 17/12/2015.](#)

(A partir da sua aprovação, o parecer passou a representar novo entendimento do Plenário sobre a matéria tratada pelo [Parecer nº 527, de 1998, aprovado pelo Plenário em 12/11/1998.](#))